



O ACOLHIMENTO DA CRIANÇA SURDA NO MEIO SOCIAL

Luzinete Lara de Souza Almeida¹

Rosinete Reis²

RESUMO:

Neste presente estudo tendo como tema o acolhimento da criança surda no meio social, sabendo que hoje é muito difícil a inclusão da criança surda no convívio social, porque isso que em Cuiabá existe diversos projetos que ajuda a educação especial para a formação e desenvolvimento de crianças, jovens e adultos portadoras de necessidade especial, no município de Cuiabá e a influência da estimulação em relação à aquisição do conhecimento com o convívio social. Neste sentido, alfabetizar é reinventar a escrita, de maneira que fica fácil o incentivo a leitura, mantendo a sua função social. Tendo como prática psicológica e pedagógica cotidiana no exercício de um olhar e uma escuta que permitindo a estes que pensem, hajam e compreendam a linguagem oral e escrita, auxiliando a família e a comunidade na expectativa do ensino. Objetivo geral em análise sobre como ocorre o processo esse acolhimento das crianças surdas como é realizado o processo de qualificação dos profissionais da educação que lidam diretamente com essas crianças no sentido de oferecer a elas um ensino de qualidade e que atenda às suas necessidades. O professor tanto das redes municipais de ensino como no CEAADA (Centro Estadual de Atendimento e Apoio ao Deficiente Auditivo) neste viés é o mediador entre o aprendiz e o objeto de conhecimento, estruturando atividades que permitam às crianças pensarem, comunicar, utilizar a própria criatividade, conseguir se relacionar com outras pessoas, buscando assim a inclusão social. A metodologia aplicada foram uma pesquisa científica no qual o autor desenvolveu em três escolas municipais e no CEAADA com os profissionais que atuam neste local, mas infelizmente nas escolas municipais eles não trabalham com crianças surdas somente com outras necessidades especiais. Mas o CEAADA busca desenvolver cada dia que passa um trabalho melhor com as crianças surdas, pois quando saem do centro estão preparados para convívio social.

Palavras-chave: Acolhimento da criança surda. Formação. Inclusão Social.

¹ Graduanda de psicologia, pela Universidade Federal de Mato Grosso.

² Orientadora, psicóloga, professora pela Universidade Federal de Mato Grosso.



1. INTRODUÇÃO

Neste artigo trata sobre o acolhimento das crianças surdas no meio social na CEAADA - Centro Estadual de Atendimento e Apoio ao Deficiente Auditivo, na qual percebemos que os alunos permite nos acompanhar o desenvolvimento dos educandos e perceber suas dificuldades e capacidades de superação. Algumas características do viver desses indivíduos despertaram em nós o interesse em conhecer, com maior profundidade, o papel da família em suas vidas, especialmente no que se refere ao apoio dado para a educação formal, a comunicação e o relacionamento entre eles (o surdo e seus pais).

Neste trabalho buscamos compreender a atuação da família e os meios sociais das crianças surdas, sabendo estabelecer o papel na formação dos indivíduos. Identificamos que os primeiros passos para o desenvolvimento natural e social do ser humano são dados dentro da família, pois ela constitui o primeiro grupo no qual a criança é inserida e tem suas primeiras experiências e relacionamentos interpessoais.

Conforme a pesquisa de campo pode observar que a família é primordial para a aquisição de linguagem oral e escrita, principalmente nos primeiros anos de vida, durante o ensino regular. Quando a criança encontra-se em período de maturação orgânica e seu sistema nervoso esta sendo moldado pelas experiências e estímulos recebidos e internalizados. A estimulação da criança surda na fase inicial da vida é extremamente importante para o desenvolvimento normal da criança, e minimiza as ocorrências déficits de linguagem na primeira infância, que poderão trazer sérias consequências futuras. Pois no período da primeira infância, o cérebro humano é altamente flexível. As crianças observadas na pesquisa de campo quando nova desenvolvem melhor e diminui a insegurança no momento da comunicação. Tem um ótimo desempenho nas escolas regulares.

Enfim, a criança, jovens e adultos são considerados pessoas com necessidades educacionais especiais, que deve ser considerando que a pluralidade, e não a igualdade, é a principal característica do ser humano, e que a educação deve contemplar essa diversidade,



independente sendo surdo ou mudo. Porém não só eles, todos nós somos diferentes e sempre temos dificuldades de fazer algumas coisas e facilidades para outras surge a possibilidade da escolarização regular; após a constatação das limitações das escolas especiais, que reproduziam segregação e discriminação; buscando propiciar aos educandos oportunidades iguais de desenvolvimento e de real participação, efetivando a sua inclusão.

Neste pensamento que na qual foram feito a pesquisa dentro da CEAADA, para verificar os meios sociais da criança surda, como são realizados essa inclusão social.

2. O ACOLHIMENTO DA CRIANÇA SURDA NO MEIO SOCIAL

2.1 BREVE RELATO HISTÓRICOS SOBRE A TRAJETÓRIA SOCIAL DA CRIANÇA SURDA

A trajetória social das pessoas surdas sempre esteve dialeticamente implicada com a concepção de homem e de cidadania ao longo do tempo. A rigor a história da educação de surdos no Brasil é um pequeno capítulo da longa história em todo o mundo. Nas civilizações grega e romana, por exemplo, as pessoas surdas não eram perdoadas, sua condição custava-lhes a vida. Posteriormente, há o reconhecimento de que não há surdez absoluta e que os restos auditivos podem ser utilizados e desenvolvidos. No entanto, as pessoas surdas, ao longo do caminho, enfrentam descrédito, preconceito, piedade e loucura (SALLES, 2004, p. 54).

Em 637 d.C, o bispo John de Bervely ensina o surdo a falar de forma clara, e o acontecimento é considerado um milagre. No entanto, assim como a autoria de muitas metodologias e técnicas ficaram perdidas no tempo, esta também se perdeu, e a igreja toma para si a autoria do feito. No século XVIII, surgem os primeiros educadores de surdos: o alemão Samuel Heinicke (1729-1790), o abade francês Charles Michel de L'Epée (1712-1789) e o inglês Thomas Braidwood (1715-1806), esses autores desenvolveram diferentes metodologias para a educação da pessoa surda. Agora em 1755, em Paris, o abade L'Epée funda a primeira escola pública para o ensino da pessoa surda. O português Jacob Rodrigues



Pereira, na França, desenvolve o método de ensino da fala e exercícios auditivos com reconhecido sucesso. No Brasil, a educação dos surdos é iniciada com a chegada do francês Ernest Huet, em 1855, no Rio de Janeiro. Em Milão, na Itália, em 1880, realiza-se o Congresso Internacional de Surdo Mudez, ficando definido que o Método Oral é o mais adequado na educação do surdo. Nesse congresso, a visão oralista defende que só através da fala o indivíduo surdo poderá ter seu desenvolvimento pleno e uma perfeita integração social. Desse modo, o domínio da língua oral torna-se a condição básica para sua aceitação em uma comunidade majoritária.

Segundo Skliar (1998 p.109), existiram dois grandes períodos na história da educação dos surdos: “Um período prévio, que vai desde meados do século XVIII até a primeira metade do século XIX, quando eram comuns as experiências educativas por intermédio da Língua de Sinais, e outro posterior, que vai de 1880, até nossos dias, de predomínio absoluto de uma única 'equação' segundo a qual a educação dos surdos se reduz à língua oral”.

As consequências dessa filosofia educacional, o oralismo, podem ser observadas por meio dos resultados de pesquisas e do esmagador fracasso acadêmico em que o surdo está inserido. “O oralismo e a supressão do Sinal resultaram numa deterioração dramática das conquistas educacionais das crianças surdas e no grau de instrução do surdo em geral” Muitos dos surdos hoje em dia são iletrados funcionais. Um estudo realizado pelo Colégio Gallaudet em 1972 revelou que o nível médio de leitura dos graduados surdos de dezoito anos em escolas secundárias nos Estados Unidos era equivalente apenas à quarta série; outro estudo, efetuado pelo psicólogo britânico R. Conrado, indica uma situação similar na Inglaterra, com os estudantes surdos, por ocasião da graduação, lendo no nível de crianças de nove anos (...) (SACKS, 1990, p. 45).

No Brasil, é constatado que a grande maioria dos surdos submetidos ao processo de oralização não fala bem, não faz leitura labial, nem tampouco participa com naturalidade da interação verbal, pois há uma discrepância entre os objetivos do método oral e os ganhos reais da maioria dos surdos: Mínimo conhecido de polissemia linguística. Apenas uma pequena parcela da totalidade de surdos apresenta habilidade de expressão e recepção verbal razoável.



Os profissionais e a comunidade surda reconhecem as defasagens escolares, que impedem que o surdo adulto participe do mercado de trabalho. Em todo o Brasil, é comum haver surdos com muitos anos de vida escolar nas séries iniciais sem uma produção escrita compatível com as séries, além de defasagens em outras áreas (SALLES, 2004, p. 54).

Através da pesquisa realizada por profissionais da PUC do Paraná em convênio com o CENESP (Centro Nacional de Educação Especial), publicada em 1986 em Curitiba, constatou-se que o surdo apresenta muitas dificuldades em relação aos pré-requisitos quanto à escolaridade, e 74% não chega a concluir o 1º grau. Segundo a FENEIS, o Brasil tem aproximadamente 5% da população surda total estudando em universidades e a maioria é incapaz de lidar com o português escrito (FENEIS, 1995, p.7).

Essa realidade de fracasso é enfim os resultados de uma gama complexa de representações sociais sejam históricas, culturais, lingüísticas, políticas, respaldadas em concepções equivocadas que reforçam práticas em que o surdo é condicionado a superar a deficiência, buscando tornar-se igual aos demais. Com a constatação de tais realidades e dos resultados apresentados pelos surdos, o bilingüismo e as questões implicadas nessa proposta educacional se apresentam como uma forma de subsidiar a reflexão sobre a educação da pessoa surda (SALLES, 2004, p. 54).

A educação bilíngüe nessa concepção é uma proposta de ensino que preconiza o acesso a duas línguas no contexto escolar, considerando a língua de sinais como língua natural e partindo desse pressuposto para o ensino da língua escrita. A proposta bilíngüe busca resgatar o direito da pessoa surda de ser ensinada em sua língua, a língua de sinais, levando em consideração os aspectos sociais e culturais em que está inserida. (...) [Respeitar a pessoa surda e sua condição sociolingüística implica considerar seu desenvolvimento pleno como ser bi cultural a fim de que possa dar-se em um processo psicolingüístico normal' (SKLIAR, 1998, p.16).

Cabe acrescentar que um marco na educação da pessoa surda encontra-se na Declaração de Salamanca, de 1994, documento de referência mundial e orientador do processo de inclusão. Em relação à situação do surdo, destaca a importância de uma educação



pautada no direito e reconhecimento da língua natural do indivíduo, que lança um novo olhar sobre a inclusão, no sentido de ampliar essa noção: 'Políticas educacionais deveriam levar em total consideração as diferenças e situações individuais. A importância da linguagem de signos como meio de comunicação entre os surdos, por exemplo, deveria ser reconhecida e provisão deveria ser feita no sentido de garantir que todas as pessoas surdas tenham acesso a educação em sua língua nacional de signos (SALLES, 2004, p. 54).

2.2 PROPOSTA EDUCACIONAL DE ACORDO COM O PORTAL DA EDUCAÇÃO E O PAPEL DA FAMÍLIA

De acordo com o portal da educação no ano de 2013 menciona que educador deve propor-se a utilizar um plano de curso que subsidiará o professor na elaboração do seu planejamento em nível de turma, o que só pode ser feito com base no conhecimento da realidade concreta dos seus alunos e dos meios de que dispõe. As unidades propostas estejam dentro de uma sequência evolutiva, os objetivos integrados de cada unidade, assim como as atividades sugeridas, não estão dispostas em sequência cronológicas.

Cada atividade sugerida leva à consecução de vários objetivos dos domínios afetivos, cognitivos e psicomotor. Uma proposta curricular não pode especificar todos os possíveis resultados de cada atividade sugerida. Cabe ao educador explorar, no trabalho com o aluno, as possibilidades máximas de cada experiências de aprendizagem. Para a consecução do objetivo proposto poderá ser desenvolvido um numero ilimitado de atividades. Foram propostas apenas algumas, que devem sugerir ao professor varias outras possibilidades. Em última análise, a sensibilidade e a experiências do educador deverão orienta-lo na determinação da estratégia a ser adotada. Cabe a ele adequar as propostas deste documento à realidade de sua sala de aula, de forma a proporcionar ao aluno experiências de aprendizagem significativa que lhe oportunize a pratica dos comportamentos implicados nos objetivos (PORTAL DA EDUCAÇÃO, 2013).



De acordo com o portal da educação no período de 2013 a proposta curricular deve ser desenvolvida em quatro etapas que se desdobram em objetivos integradores. A primeira etapa trata como objetivo principal o corpo, na segunda visamos trabalhar "como me expresso", na terceira "minhas coisas" e na quarta "meu mundo" (PORTAL DA EDUCAÇÃO, 2013):

- Na primeira etapa onde trabalhamos o corpo os objetivos principais devem ser:
 - Identificar diferentes movimentos do seu corpo, posicionando-se no espaço;
 - Identificar as diferentes partes do seu corpo e suas funções correspondentes;
 - Orientar-se no tempo e no espaço;
 - Desenvolver hábitos de vida em grupo.

- Na segunda etapa onde trabalhamos a expressão, os objetivos principais são:
 - Desenvolver a discriminação perceptual que o habilita ao conhecimento e à comparação dos elementos do meio que o cerca;
 - Expressar suas necessidades, seus interesses e sentimentos utilizam diferentes formas de linguagem;
 - Desenvolver funcionalmente seu vocabulário;
 - Formar hábitos e atitudes de relacionamento e comunicação interpessoal.

- Na terceira unidade trabalhamos os objetos e este tem função de integrador, os objetivos desta unidade são:
 - Descobrir propriedades comuns dos objetos;
 - Reconhecer a utilidade das diferentes coisas do mundo;
 - Descobrir que as coisas se transformam;
 - Explorar o potencial dos objetos através de experiências criativas;
 - Evidenciar a aquisições dos conceitos de propriedades e cooperação.

- Na quarta unidade quando trabalhamos o mundo, os objetivos principais são:
 - Reconhecer que seu mundo é dinâmico e diversificado;



- Distinguir uma situação real de uma imaginária;
- Situar-se como pessoa, num mundo de pessoas;
- Passar do egocentrismo à aceitação de referenciais externos;
- Ampliar perspectivas espaço-temporais;
- Situar o mundo de pessoas numa área geográfica determinada;
- Identificar produções econômicas e culturais de sua comunidade;
- Reconhecer que o trabalho do homem modifica o meio;
- Preservar o ambiente e o equilíbrio entre seus diversos elementos;
- Reconhecer a importância da vida em grupo;
- Representar seu mundo criativamente (PORTAL DA EDUCAÇÃO, 2013).

CEAADA - Centro Estadual de Atendimento e Apoio Professora Arlete, são orientados para ajudar os alunos com necessidades especiais a integrar no meio social, como comunidade e trabalhar sua aceitação social. Para a implementação desta proposta curricular, visando a eficiência do trabalho que levará a conquista dos objetivos perseguidos, torna-se necessário que os recursos estejam disponíveis e o educador seja capacitado. Por isso e Além disso o ambiente deve ser capacitado a instalar uma classe especial. É fundamental que a família incentive a pratica de tudo que a criança assimila. A família deve ser orientada e motivada a colaborar e participar do programa educacional, promovendo desta forma uma interação maior com a criança.

O desenvolvimento humano se dá no campo das relações sociais e o modo como os indivíduos se comportam em um dado contexto interacional é influenciado pelas normas, crenças, valores e papéis sociais vinculados às instituições e à estrutura sociocultural da qual esses indivíduos fazem parte. Para melhor compreender o papel da família no cuidado a uma criança surda, é necessário considerarmos os vários subsistemas componentes da família, que são independentes e desenvolvem relações únicas, e que todos os membros, inclusive a criança, influenciam e alteram esse sistema. Ela, portanto, não é mera receptora dos padrões sociais oriundos do meio ambiente.



Assim, a despeito do fato de que a vinda de uma criança com deficiência se constitui uma fase crítica, exigindo adaptações e o estabelecimento de novas prioridades na família (BRITO; DESSEN, 1999), não podemos deixar de considerar que o desenvolvimento da criança é resultante do empreendimento conjunto entre ela e o adulto que dela cuida e que as interações e as relações com as pessoas e os sistemas sociais têm um papel crucial para as aquisições e para a construção de formações psicológicas cada vez mais sofisticadas.

Uma boa aliança familiar, segundo Brito e Dessen (1999), é fundamental para a aceitação do deficiente no seio familiar. Mas para que isto ocorra faz-se necessário o estabelecimento de uma interação efetiva, o que é favorecido pelo estabelecimento do diagnóstico precoce da surdez e conseqüentemente da adoção, o mais cedo possível, de um correto processo de comunicação entre a família e a criança surda.

Castro (1999) considera que, para uma boa formação, há necessidade de participação efetiva por parte dos pais, visto que o apoio da família constitui a base para a socialização do surdo, sua compreensão das coisas e o entendimento de suas diferenças.

A forma como a pessoa surda é tratada em casa irá determinar a imagem que ela terá de si mesma (STELLING, 1999), porque é na família que muitos valores, crenças e costumes são transmitidos de geração para geração, por meio da linguagem.

2.3 O ACOLHIMENTO DA CRIANÇA SURDA NO MEIO SOCIAL

A linguagem permite ao homem estruturar seu pensamento, traduzir o que sente, registrar o que conhece e comunicar-se com outros homens. Ela marca o ingresso do homem na cultura, construindo-o como sujeito capaz de produzir transformações nunca antes imaginadas. As crianças que ouvem aprendem a língua portuguesa oral de uma forma semelhante e num espaço de tempo.

A Inclusão das crianças Portadoras de Necessidades Especiais (surdos) já vem sendo reconhecida por algumas leis atuais, umas das Leis prevê que toda criança deve freqüentar a Escola Regular, essa Escola deverá estar acolhendo esse aluno e ajudando nas suas



necessidades que precisam e isso nem sempre acontece, pois ainda as Escolas não possuem um espaço físico e social para atender essa comunidade. Um espaço que possam trabalhar em equipe pelo o como saber entender e acolher a criança surda no espaço escolar.

Segundo Mantoan (2003) “na escola inclusiva o aluno é sujeito e foco principal de toda ação pedagógica dirigida pelo professor, que o auxilia educacionalmente em todas as suas necessidades.” A escola faz também o acompanhamento de seus familiares e da comunidade a qual o sujeito pertence, esse fator é imprescindível para seu desenvolvimento, seja cognitivo ou social. Dessa forma, o mesmo acontece com aluno com surdez, ele precisa de todo aparato pedagógico e social para que sentir-se e ser efetivamente inserido na educação regular.

O acompanhamento de Psicólogos na escola também ajudará no trabalho de promoção da saúde realizando intervenções no local da escola, ou seja fazendo um trabalho coletivo com a presença dos familiares estabelecendo equilíbrio emocional e prevenindo alunos, pais, professores, diretores, vivenciarem dificuldades no processo de escolarização.

Segundo os dados do IBGE (censo de 2000) existem 5,7 milhões de pessoas com deficiência Auditiva (equivalente a 8,7% da população total), sendo que mais de 406.000 estão em idade escolar mas pouco mais de 13% (censo de 2003) aproximadamente 56.000 pessoas, estavam matriculadas no ensino regular da educação básica, devido a ausência do suporte Linguístico, ou seja inadequadas, ou seja sem a presença de um instrutor e intérprete de LIBRAS.

A proposta de trabalho no CEAADA é envolver a família no processo educativo dos alunos, fortalecendo os vínculos entre escola, a família e a comunidade surda.

Reconhecer a Libras (Língua Brasileira de Sinais) como 1ª língua tornando possível a construção permanente do conhecimento que é indispensável para garantir seu desenvolvimento cognitivo e a formação integral do indivíduo surdo na sociedade.

Foi a partir da Lei (a Lei 8069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente – Eca) que o Estatuto da Criança e do Adolescente foi criado e dispõe sobre a proteção dos mesmos, refere-se em seu IV Capítulo à educação, portanto, será feita uma análise apenas do Artigo 54, que é pertinente a esta pesquisa. No Artigo 54 desse Estatuto estabelece que “É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente”



n.4 Julho (2016)

- III- atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV- atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade (BRASIL, 2015).

É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente tais direitos como são explicitados nos incisos III e IV, ambos tem propostas inovadoras, como afirma o terceiro inciso, sobre o atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais, de serem atendidos na rede regular de ensino. E no quarto inciso, esse atendimento pode ser iniciado ainda na Educação Infantil, o que permite sua inclusão desde sua mais tenra idade.

Para Moura (2000), a história educacional dos surdos foi permeada por muita luta no que diz respeito, à oficialização da Língua de Sinais, tanto no âmbito internacional quanto no nacional. No caso do Brasil, a Língua de Sinais sofreu algumas mudanças quanto à sua nomenclatura e é atualmente denominada por Língua Brasileira de Sinais. Ela foi reconhecida como língua, por meio da Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002 que a oficializou com esse status. Assim, é direito do surdo que esta seja implantada e admitida como tal.

Entende que a educação dos surdos podem ser definida segundo skilar como:

[...] a educação dos surdos pode muito ser definida, ao menos em nosso continente, como uma história de impossibilidade. A impossibilidade de se falar para e pelos surdos, a impossibilidade dos surdos falarem para e pelos ouvintes e por eles mesmos, e a impossibilidade dessas falas serem reunidas, visando à organização de uma política educacional que reconheça a diferença. (SKLIAR, 1998, p.25).

Se a educação inclusiva, como vimos, está tão imersa na educação especial, com a presença de especialistas com saberes cada vez mais especializados, em um movimento contínuo de estimulação, readaptação e reabilitação, também aparece nos ideais da educação inclusiva. No texto da LDB (resolução de 2001), o termo professor vem adjetivado. Há os professores capacitados (que precisam ter algo de especial):

São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que,



n.4 Julho (2016)

em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para:

I – perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva;

II – flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem;

III – avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais;

IV – atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial. (BRASIL, 2001)

As alternativas de atendimento para os alunos com surdez estão intimamente relacionadas às condições individuais do educando e às escolhas da família. O grau e o tipo da perda auditiva, a época em que ocorreu a surdez e a idade em que começou a sua educação são fatores que irão determinar importantes diferenças em relação ao tipo de atendimento a ser desenvolvido com o aluno, e em relação aos resultados. E há os professores especializados:

São considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados ao atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2001)

Hoje, muitas professoras estão buscando se especializar na educação especial, com objetivo de ajudar esses alunos na inclusão social e educacional, desta forma existira diversos gestores (coordenadores pedagógicos) que auxiliaram na implantação de crianças especiais sendo educadas em classes comuns, e conseguindo entrar no mercado de trabalho de uma forma que não atrapalha no convívio social.

Para Gotti (2007) assessora da Secretaria da Educação Especial do MEC, “sem a libras o aluno tem que se concentrar apenas na leitura de lábios e 50% da mensagem se perde” explica. Sendo assim, com o apoio do instrutor de libras o aluno que ainda não a adquiriu poderá aprendê-la e para aqueles que já a dominam, a importância do intérprete será ainda mais eficaz, pois possibilitará ao aluno surdo compreender o



n.4 Julho (2016)

conteúdo disciplinar que o professor estiver aplicando ou explicando para toda a classe.

A educação dos surdos possibilita compreender o conteúdo disciplinar dos professores que estiver aplicando em sala de aula para todos os alunos sem diferença, tratando todos iguais, perante a sua igualdade, no Brasil sofreu diversas mudanças como podemos observar que:

Para Moura (2000), a história educacional dos surdos foi permeada por muita luta no que diz respeito, à oficialização da Língua de Sinais, tanto no âmbito internacional quanto no nacional. No caso do Brasil, a Língua de Sinais sofreu algumas mudanças quanto à sua nomenclatura e é atualmente denominada por Língua Brasileira de Sinais. Ela foi reconhecida como língua, por meio da Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que a oficializou com esse status. Assim, é direito do surdo que esta seja implantada e admitida como tal.

De acordo com essas diversas mudanças podemos entender que a educação hoje possibilita uma fala de forma única, de maneira Libras entre todos os alunos surdos, que assim todos entendam as mesmas coisas na comunicação, que antigamente isso era impossível.

A educação dos surdos pode muito ser definida, ao menos em nosso continente, como uma história de impossibilidade. A impossibilidade de se falar para e pelos surdos, a impossibilidade dos surdos falarem para e pelos ouvintes e por eles mesmos, e a impossibilidade dessas falas serem reunidas, visando à organização de uma política educacional que reconheça a diferença. (SKLIAR, 1998, p.25).

Com o avanço hoje diversas leis ampara os deficientes auditivos na implantação do uso da libras, como meio de inclusão na sociedade e os cursos de pedagogia são obrigatório a disciplina curricular na perspectiva de inclusão.

Há também o Decreto de Lei nº. 5.626 de 22 de dezembro de 2005 que implanta o uso da LIBRAS, em todas as unidades escolares e a inclusão desta como disciplina curricular nos cursos de licenciatura de Pedagogia (Educação Especial), Fonoaudiologia e nas demais licenciaturas que envolvam o ensino pedagógico na grade curricular do Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio e de qualquer curso superior oferecido por universidades e faculdades que estejam credenciadas ao Ministério da Educação (BRASIL, 2005).



Esse decreto tem como objetivo de formar os alunos graduandos numa perspectiva mais inclusiva, para que eles possam atuar ou conviver futuramente com sujeitos com N.E.E e saber como trabalhar com estes.

3. MÉTODOS

Tendo como método o dedutivo, pois se pretendo mais interpretação do que investigação. Com base nos objetivos é uma pesquisa aplicada e descritiva, com base nos procedimentos técnicos utilizará o estudo de caso. A pesquisa qualitativa é traduzida por aquilo que não pode ser mensurável, pois a realidade e o sujeito são elementos indissociáveis. Assim sendo quando se trata do sujeito, levam se em consideração seus traços subjetivos e suas particularidades tais por menores não pode ser traduzidos em números quantificáveis, pois, está voltada ao acolhimentos da criança surda no meio social

Faz parte da pesquisa a CEAADA - Centro Estadual de Atendimento e Apoio ao Deficiente Auditivo Professora Arlete Pereira Miguelette, localizado na Avenida Dom Aquino, no Centro de Cuiabá. e tem como público-alvo as crianças que estudam neste projeto, os professores e o coordenador. Como instrumento de coleta será utilizado o estudo de caso com um questionário investigativo, com os professores, coordenadores. Em relação aos métodos utilizados será fundamental a pesquisa em livros, artigos, pela internet onde contem todas as informações necessárias ao assunto abordado em questão, informações detalhadas é essencial para um entendimento eficiente sobre o tema. E também informações, com o CEAADA, por ser um fator preponderante na pesquisa para a produção do estudo de caso. O estudo de caso é uma abordagem metodológica de investigação especialmente adequada quando se procura compreender explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais envolve diversos fatores.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES



Os dados obtidos na entrevista nas escolas e no CEAADA com os profissionais, apontaram que as escolas pesquisadas têm o processo de inclusão, mas não trabalham com pessoas surdas, por falta de estrutura profissional, mas trabalham com outros tipos de necessidades especiais.

No dia 01 de abril de 2016, desenvolveu uma pesquisa no CEAADA no Centro Estadual de Atendimento e Apoio ao Deficiente Auditivo - Prof^a Arlete Pereira Migueletti e uma instituição que iniciou suas atividades em 2000, atende nos três turnos de atendimento nas modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos. Com programas de Atendimento de Oficina de Linguagem, Laboratório de Informática Educacional, Educação Física e a Fanfarrinha "Ritmo do Silêncio". Conta com uma equipe de Instrutores surdos, Interpretes e um serviço de profissionais especializados formados por Assistente Social, Fonoaudióloga, Psicóloga e Psicopedagoga. Enquanto no dia 11 de abril de 2016, a pesquisa foi realizada em 03 (três) escolas de Educação Básica sendo:

➤ EMEB Adelina Pereira Ventura

Hoje a escola conta com 6 salas de aulas, Sala de diretoria, Sala de professores, Laboratório de informática, Sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE), Quadra de esportes coberta e outros. Desenvolve um trabalho somente com a Pré escola conta com 196 alunos. Valoriza a diversidade dos alunos e atende todas as necessidades do desenvolvimento no potencial de cada um. De acordo com a coordenadora Regina menciona que as crianças surdas não estão inseridas no quadro de alunos deste ano, devido não ter nenhuma procura, quando acontece essa procura são realizados um diagnóstico com este aluno, envia a documentação para secretaria de educação no qual envia uma pessoa para atender esse público, ou seja atualmente esta unidade escola não está preparada para receber aluno com este tipo de deficiência.

➤ EMEB Alvira Valladares



Hoje a escola conta 16 salas, Sala de diretoria, Sala de professores, Laboratório de informática, Quadra de esportes coberta e outros.

A coordenadora Roselaiv, menciona que a escola não tem estrutura para receber uma criança surda, que atualmente estão trabalhando com crianças: síndrome dow, altistas e crianças cegas. Quando chega alguma criança com essa necessidade especial são encaminhados a secretaria de educação, para enviar a escola mais adequada.

➤ APAE – Associação de pais

De acordo com a coordenadora Luiza a APAE de Cuiabá/MT, presta atendimento à 191 alunos em período integral de zero a quarenta e sete anos com Deficiência Intelectual, Deficiência Múltipla, Microcefalia, Hidrocefalia, Atraso no Desenvolvimento Neuropsicomotor, Hemiplegia, Paralisia Cerebral, Síndrome de Down, Síndrome de West, Síndrome de Moebius, Síndrome de Wilians entre outras. Infelizmente não desenvolve um trabalho com crianças surdas.

Estudo de Caso no Centro Estadual de Atendimento e Apoio ao Deficiente Auditivo – CEAADA

O CEAADA - Centro Estadual de Atendimento e Apoio ao Deficiente Auditivo, fundado em 20 de janeiro de 2000. Iniciou seu funcionamento com a Educação Básica, atendendo a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos dentro da modalidade da Educação Especial, com uma demanda específica de alunos surdos (CEAADA, 2014).

Centro Educacional de Apoio ao Deficiente Auditivo, atende um público alvo de 0 até 90 anos é uma escola regular com o desenvolvimento fundamental 1 e 2, EJA, tendo como projetos matrizes diferenciais. Na parte da manhã a escolarização e na parte da tarde os projetos. Hoje contanto com salas multi deficiências, turma do ciclo e o EJA.



É o primeiro Centro de Atendimento Educacional a crianças e jovens surdos, a partir de 0 (zero) ano, atende e apóia o aluno e a família, composto por uma equipe multidisciplinar (Fonoaudióloga, Psicóloga, Serviço Social e Psicopedagoga) com professores capacitados na área, bem como oferece capacitação para profissionais que atuam com crianças surdas, como curso de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) com o instrutor capacitado e o Interpretete. Encontra-se na direção do CEAADA a Prof^a Zenilda Ribeiro de Oliveira que desde 2014 atua com uma Gestão Democrática e Participativa (CEAADA, 2014).

Atende diversos tipos de necessidades especiais, assim como o trabalho com crianças surdas, com um trabalho diferenciado, no qual conta com 7 ADI (Auxiliar Desenvolvimento Infantil), todas com curso de libras para auxiliar os professores na sala. A recepcionista ajuda no acolhimento da família e da comunidade.

Funciona em regime de Educação Integral, oferecendo Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos na modalidade da Educação Especial, Oficina de Linguagem, curso de Libras para a comunidade em geral, Projeto de Fanfarra, Projeto de Educação Física Adaptada, Projeto de Informática Educativa, orientação e capacitação em serviço para profissionais que atuam com surdos, atendimentos a família com a equipe multidisciplinar (fonoaudióloga, psicóloga, serviço social e psicopedagoga) avaliação diagnóstica (CEAADA, 2014).

O CEAADA oferece curso de libras para capacitação voltada aos professores da rede pública ou privada, familiares dos deficientes e à comunidade em geral para ajudar na inclusão social, tendo como o principal objetivo é a preparação dos profissionais e comunidade. A capacitação é importante para dar qualidade de vida às crianças com deficiência auditiva, pois colabora para que elas tenham um melhor aprendizado e melhor convívio em sociedade. Ao todo são formados sete turmas, divididas nos três períodos, durante a semana, ou somente aos sábados, com carga horária de 80 horas/aula. De acordo com a coordenadora Pedrolina que um dos projetos implantados pelo SESI PAPA, chamado “**conhecer a escola projeto 2016**”, no intuito do CEEADA em levar oportunidade as pessoas conhecer lugares em que ainda não conhecem em Cuiabá/MT, sendo acompanhados por

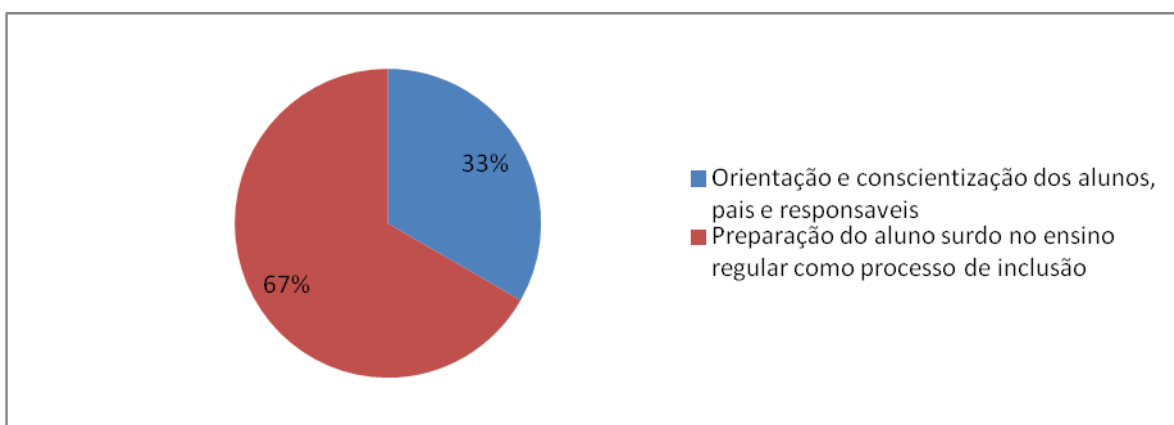


professores, coordenadores, um ônibus para transportes, fazendo que os alunos passam a conhecer esses locais.

O psicólogo do local, que poucas famílias participam dos projetos implantados no CEAADA, em alguns casos por falta de condições financeiras, alguns não moram próximo ao CEAADA. O atendimento psicológico são feitos por 30 horas semanais, tendo como o principal objetivo trabalhar com a educação especial, de acordo o projeto político pedagógico do CEAADA, como forma de intervenção os trabalhos com linguais e sinais, Braille e outros, um trabalho em equipe como orientação psicológica para os profissionais (professores e funcionários em geral), alunos, familiares e a comunidade.

Durante a pesquisa de campo realizada com 6 profissionais sendo merendeira, psicólogo, fonodólogo, professora psicopedagoga da sala multíciclo, professora e assistente sócia, com objetivo em saber a relação da inclusão social desses alunos surdos dentro do CEADDA, como são realizadas essa inclusão, então vejamos:

Gráfico 1 – Com relação o processo de inclusão dos alunos surdos dentro do CEAADA



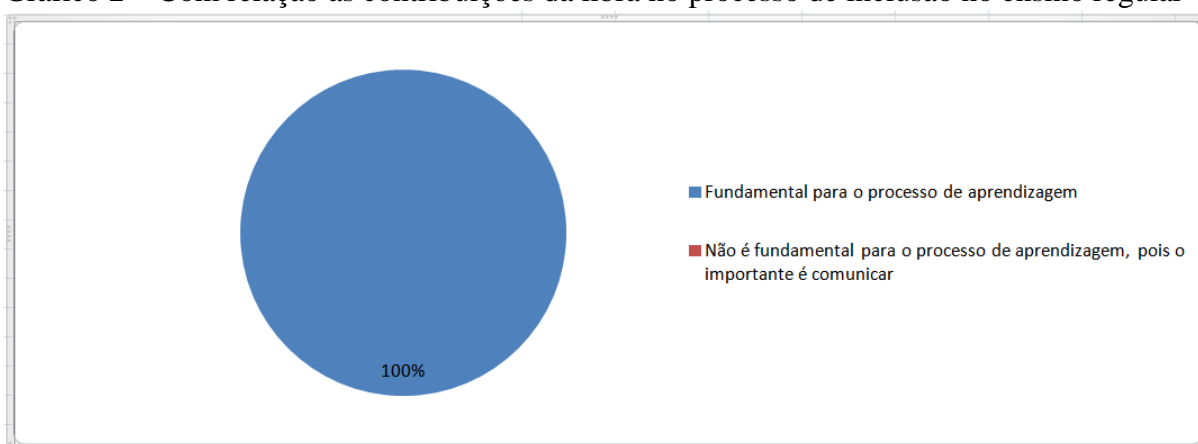
Fonte: A autora (2016)

Desta forma mostra que a maioria dos profissionais acreditam que a preparação aluno surdo no ensino regular e como um processo de inclusão, por isso são orientados a falarem em libras em todo o espaço da escola, mesmo que a merendeira tem uma certa dificuldade para se comunicar, mas está aprendendo para melhorar a sua maneira de se comunicar.



No próximo gráfico podemos observar com relação as contribuições da libras no processo de inclusão.

Gráfico 2 – Com relação as contribuições da libras no processo de inclusão no ensino regular



Fonte: A autora (2016)

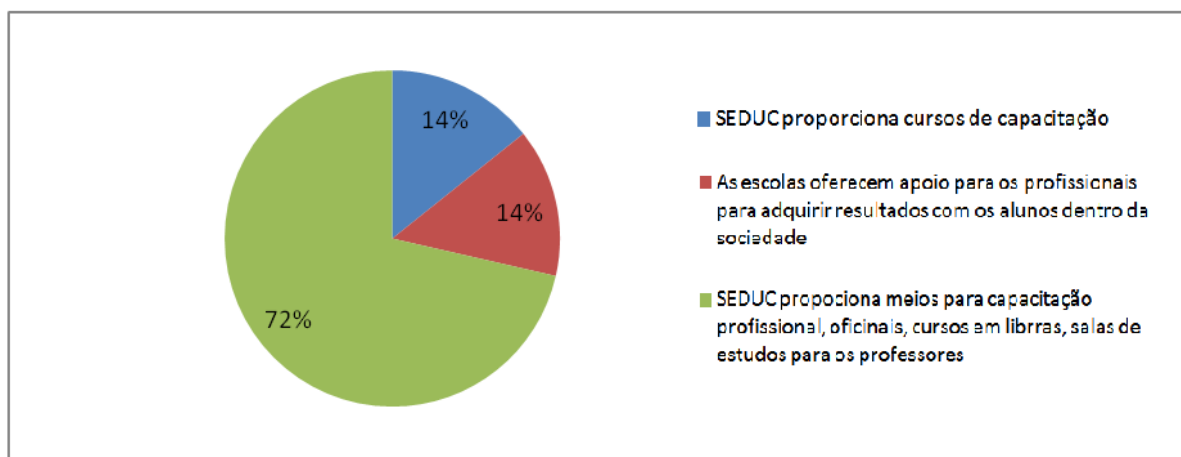
A contribuição da língua oficial do surdo é uma maneira melhor do surdo se comunicar com as pessoas, podendo expressar os sentimentos, o desejo da fala e outros. Hoje o CEAADA tem uma aula mais dinâmica pois as instrutoras ajudam a preparar o material pedagógico com a língua de sinais (libras), sendo: vídeos, desenhos, leitura labial, data show, diversos materiais concretos e até mesmo as rodas de conversas em salas de aula, para facilitar o aprendizado do aluno.

De acordo com o sistema de ensino e as escolas, têm concebido como formação continuada de professores, por isso no gráfico 3 menciona a forma que tem relacionado as formações da educação inclusiva.

Gráfico 3 – A forma em que o sistema de ensino concebi a formação continuada na formação da educação inclusiva.



n.4 Julho (2016)

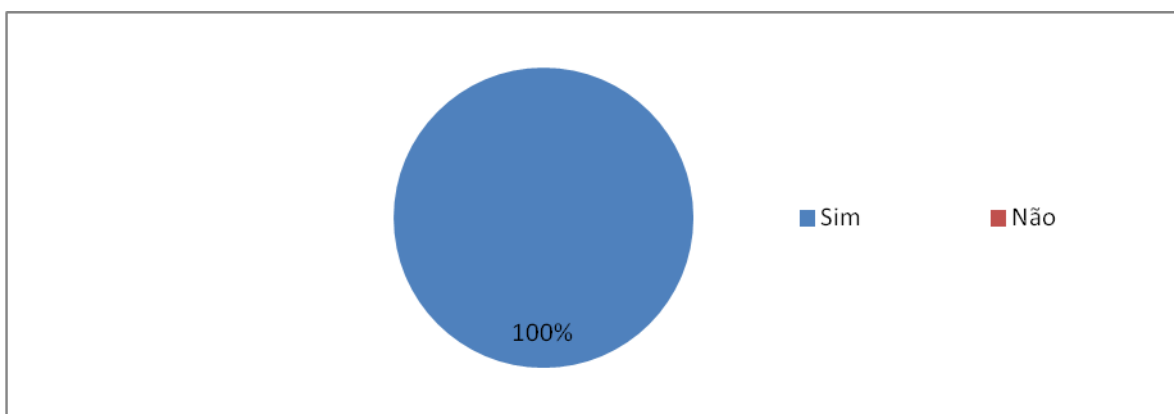


Fonte: A autora (2016)

Com relação ao posicionamentos dos profissionais que 72% mencionaram que o SEDUC proporciona diversos meios para a capacitação dos profissionais através de cursos de libras, salas de estudos, oficinas e outros. Desta forma acaba proporcionando todos os profissionais a melhorar o desempenho das aulas, se tornando o CEAADA como modelo de uma escola inclusiva para surdos.

No gráfico 4 podemos ver sobre o mecanismo de comunicação mais utilizados, então vejamos:

Gráfico 4 – O meio de comunicação na escola mais utilizada é a libra



Fonte: A autora (2016)



Por unanimidade todos afirmaram que sim, pois desta forma todos os alunos surdos se senti a vontade para se comunicar, respeitando o ambiente surdo e os ouvintes.

No CEAADA de acordo com todos os profissionais que a maior dificuldade enfrentada entre o professor/aluno, no processo de ensino é a participação da família, pois alguns tem uma estrutura familiar abalada, outros a dificuldade financeira, idade avançada na escolarização e a evasão escolar. É muito importante a socialização com os demais alunos, pois ajuda a melhorar o desenvolvimento de cada aluno com certo grau de deficiência, sem discriminação, e tendo uma aceitação da sociedade como um processo progressivo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o nascimento ate a fase adulta, todos tem os mesmo direito principalmente no processo de formação do ser humano, assim como desenvolvimento dos processos cognitivos que englobam a atividade de ensino/aprendizagem. O comportamento e o caráter, depende mais do meio em que as pessoas com necessidades especiais em surdez, estejam relacionadas, ou seja, o seu convívio social, pois muitos não procuram uma escola, ou qualquer meio de ajuda, acabam ficando isolados.

No caso das pessoas com necessidades especiais em surdez, apresentam uma considerável dificuldade em se comunicar, mas assim como qualquer outra pessoa, não é possível prever o futuro potencial cognitivo que ela apresentará, essa situação se agrava ainda mais, pois esta, além de acumular as limitações físicas, funcionais e mentais decorrentes da cromossopatia, tem sua participação social dificultada em decorrência do estigma e da precariedade de informações que ainda a envolve.

A criança, jovens e adultos com surdez, são considerados pessoas com necessidades educacionais especiais, que deve ser considerando que a pluralidade, e não a igualdade, é a principal característica do ser humano, e que a educação deve contemplar essa diversidade. Porém não só eles, todos nós somos diferentes e sempre temos dificuldades de fazer algumas



coisas e facilidades para outras surge a possibilidade da escolarização regular; após a constatação das limitações das escolas especiais, que reproduziam segregação e discriminação; buscando propiciar aos educandos oportunidades iguais de desenvolvimento e de real participação, efetivando a sua inclusão.

A inclusão é muito importante para todos nós, psicólogos, professores e alunos aprendermos a trabalhar com as diferenças. A inclusão escolar, principalmente durante o período de alfabetização, requer parceria entre pais, educadores e profissionais que possivelmente atendam essas crianças, bem como alterações nas práticas de ensino e avaliação. Faz-se fundamental uma ação educativa embasada em afeto, ludicidade, respeito, interesse, funcionalidade e motivação.

A análise das entrevistas fica evidente que em Cuiabá existe escolas preparadas para receber pessoas com necessidade especial e cada lugar se especializou em receber um tipo de necessidade, todos com o mesmo objetivo ensino regular e a inclusão social, o CEAADA é responsável por receber os surdos, no qual os alunos surdos, tem uma equipe preparada para atender qual for a necessidade desse aluno ou da família, mostram que todos conseguem aprenderem com facilidade e se comportarem bem perante a sociedade. O Centro transformou o ambiente tornando agradável e fazendo com que todos aprendam a língua dos sinais, como um idioma que deve ser praticado o tempo todo. Assim, defendem uma a inclusão dos alunos surdos, desde as atitudes da merendeira, porteiro, o responsável pelo pátio, os professores, todos em modo geral busca deixar o ambiente do centro agradável e sem discriminação e diferença social. Em relação à imagem que têm do aluno surdo, as atitudes das professoras transparecer a imagem de que o aluno surdo é capaz de se desenvolver assim como o ouvinte.

Podemos concluir que a família é primordial para a aquisição de linguagem oral e a escrita principalmente nos primeiros anos de vida. Quando a criança encontra-se em período de maturação orgânica e seu sistema nervoso esta sendo moldado pelas experiências e estímulos recebidos e internalizados. O trabalho do CEAADA ajuda também as pessoas nas outras fases devido a equipe e a estrutura do centro de atendimento, para facilitar na comunicação e no aprendizagem.



A estimulação do portador de necessidades especiais na fase inicial da vida é extremamente importante para o desenvolvimento normal da criança, e minimiza as ocorrências déficits de linguagem na primeira infância, que poderão trazer sérias consequências futuras. Pois no período da primeira infância, o cérebro humano é altamente flexível, podendo facilitar para o surdo a língua de sinais e a leitura labial como sendo o seu verdadeiro idioma para comunicação e mostrar facilidade no aprendizagem.

6. REFERENCIAS

ALENCAR, M.L. Alunos com necessidades educacionais especiais: análise conceitual e implicações pedagógicas. In: MAGALHÃES R.C.B.P. **Reflexões sobre a diferença: uma introdução à educação especial**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2003. p. 85-91.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Federal Lei 8069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Foi criado e dispõe sobre a proteção dos mesmos, refere-se em seu IV Capítulo à educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.Br/Seeesp-PortalSeesp>>. Acesso em: 25 mai. 2015.

BRASIL. Censo Escolar 2006. MEC/Inep. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/> Acesso em: 25 mai. 2015.

BRASIL. **Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Da inclusão da libras como disciplina curricular. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm

BRASIL. **Censo Escolar 2006**. MEC/Inep. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/> Acesso em: 25 julho 2015.



BRASIL. **Censo Escolar 2000**. MEC/Inep. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/censo/>. Acesso em: 29 de julho de 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB Legislação Educação Especial Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Disponível em: Acesso em: 30 de julho de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Federal Lei 8069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Foi criado e dispõe sobre a proteção dos mesmos, refere-se em seu IV Capítulo à educação atualizado em 2015. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.Br/Seeesp- Portal Seesp](http://portal.mec.gov.Br/Seeesp-PortalSeesp)>. Acesso em: 25 julho de 2015.

BRITO, A. M. W.; DESSEN, M. A. **Crianças surdas e suas famílias: um panorama geral. Psicologia: Reflexão e Crítica**. Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 429-445, 1999.

CASTRO, R. G. **Libras: uma ponte para comunicação entre pais ouvintes e filhos surdos**. 1999. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Especial Infantil e Fundamental)–Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 1999.

CEAADA. Centro Estadual de Atendimento e Apoio ao Deficiente Auditivo. Disponível em: www.blogceaada.com.br/historia2014/. Acesso: 10/03/2015.

COSTA, C. **Inclusão do surdo no ensino regular**. Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/comportamento/inclusao-surdez-752480.shtml>.



FENEIS - Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos. LIBRAS. Março 1995. Disponível em: http://www.feneis.com.br/page/interpretes_historico.asp. Acesso em: 20 de abril de 2016.

GOTTI, M. **Desafios de transformar em prática a lei de LIBRAS regulamentada.** In: V Congresso Internacional e XI Seminário Nacional [do] INES Surdez: família, linguagem e educação. Anais. Rio de Janeiro: INES, 2007

IBGE. Censo de 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>. Acesso no dia: 10/03/2016.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?.** 2º Ed. São Paulo: Moderna, 2003.

MEC/SEESP. **Política nacional de educação na perspectiva da educação inclusiva.** Documento elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pela portaria ministerial nº 555 de 05 de julho de 2007. In: Inclusão: Revista da Educação Especial. Secretaria de Educação Especial/ MEC. Brasília, v. 4 , n.1, p. 07-17, jan./jun. 2008.

PORTAL DA EDUCAÇÃO. **Educação infantil para crianças especiais.** Disponível em: www.portaldaeducacao.com.br/Educacao/infantil/para/criancas/especiais/s/. Acesso no dia: 02/08/2015

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. **A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI.** In: Inclusão: Revista da Educação Especial. Secretaria de Educação Especial/ MEC. Brasília, n.01, p. 07-17, out. 2005.



SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima. **Ensino de Língua Portuguesa para Surdos: Caminhos para a Prática Pedagógica.** Brasília: MEC, SEESP, 2004.

SKLIAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 1998.

SME. **Educação Especial no Município de Cuiabá: Diretrizes e Propostas Pedagógicas.** Prefeitura Municipal – Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá-MT. Cuiabá: Central de Texto, 2010.

STELLING, E. P. **A relação da pessoa surda com sua família.** Revista Espaço, Rio de Janeiro, n. 11, p. 45-47, 1999.